

representa<sup>coop</sup>

relações  
institucionais

# INFORME **RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

[ semanal ]

IRP Nº 22 – ano 2025

26 a 30 de maio de 2025



## Sumário

- Discussões sobre o Decreto do IOF;
- Atualizações na agenda do Congresso;
- Novo capítulo da discussão da reforma do código eleitoral;
- Painel de novas proposições legislativas da ALEP.

## SETOR PRODUTIVO SE MOBILIZA CONTRA O AUMENTO DO IOF

Diversas organizações do setor produtivo, incluindo o Sistema OCB, se manifestaram publicamente preocupação com os impactos econômicos e institucionais provocados pelo Decreto nº 12.466/2025, que estabelece aumento nas alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). A medida tem sido alvo de críticas contundentes por parte do setor produtivo nacional, que a considera arbitrária, desproporcional e prejudicial ao ambiente de negócios.

Durante reunião realizada em Brasília, a superintendente do Sistema OCB e presidente do Instituto Pensar Agro (IPA), Tania Zanella, fez a leitura oficial da carta conjunta das Confederações Patronais, assinada por CNI, CNA, CNC, OCB, CNF, CNSeg e Abrasca. O documento denuncia os efeitos negativos do decreto sobre o crédito produtivo, a importação de insumos e bens de capital, o custo de produção e a formação de poupança de longo prazo. As entidades alertam que a elevação do IOF compromete a segurança jurídica, a previsibilidade e o planejamento dos agentes econômicos, ao utilizar um imposto originalmente regulatório como instrumento arrecadatório.

O impacto financeiro das alterações é significativo. Segundo estimativas apresentadas durante o encontro, os custos com crédito, câmbio e seguros devem ser elevados em R\$ 19,5 bilhões já em 2025, atingindo R\$ 39 bilhões em 2026 — um aumento superior a 110% na carga tributária anual sobre empréstimos para negócios.

Em resposta a Medida Provisória uma Coalizão de Frentes Parlamentares do Setor Produtivo, articulam a aprovação de requerimento de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 214/2025, de autoria do Deputado Zucco (PL-RS) que visa sustar os efeitos do decreto. Uma coletiva de imprensa realizada no salão verde da Câmara formalizou o pedido de urgência entregue ao presidente da Câmara Hugo Motta. Ao todo, já são mais de 19 PDLs propostas para sustar o Decreto na Câmara.



# CONTEXTO E REAÇÕES NA CÂMARA

A equipe econômica do governo anunciou, por meio de Decreto Executivo, uma elevação nas alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) com o objetivo de ampliar a arrecadação e equilibrar as contas públicas, visando ao cumprimento da meta fiscal estabelecida pelo novo arcabouço. No entanto, o anúncio foi recebido com forte resistência por parte do setor produtivo e da opinião pública. No mesmo dia da publicação do decreto, o governo recuou parcialmente, retirando do texto a previsão de incidência do IOF sobre aplicações de fundos nacionais no exterior, mas manteve o aumento sobre operações em moeda estrangeira, como a compra de dólares para viagens internacionais.

A medida, que segue em vigor, também impacta diretamente empresas que contratam serviços do exterior via remessa internacional — como no caso do frete internacional, que incide no custo final de produtos importados. O IOF, nesse tipo de operação, subiu de 0,38% para 3,5%, representando uma alta de quase 800%. Essa mudança gerou preocupações com o aumento expressivo do custo das operações e seus efeitos sobre a competitividade das empresas brasileiras.

Em reação, já foram protocolados mais de 19 Projetos de Decreto Legislativo (PDLs) na Câmara dos Deputados com o objetivo de sustar os efeitos do decreto. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou em pronunciamento no plenário, na quinta-feira (29/05), que o ambiente político é favorável à revogação da medida. Ele informou que o governo terá o prazo de dez dias para apresentar uma alternativa duradoura ao aumento do IOF, fruto de uma negociação com a equipe econômica. Segundo Motta, é essencial que a solução respeite o equilíbrio fiscal sem penalizar o setor produtivo ou comprometer a previsibilidade econômica.



Imagem: Agência da Câmara.

# ATUALIZAÇÕES DA AGENDA DO CONGRESSO

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PL 4.497/2024 | Faixas de fronteira

De autoria do deputado Tião Medeiros (PR), o projeto dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178/2015. Na semana passada, **foi apresentado um pedido de regime de urgência para a análise em plenário do substitutivo oferecido pelo deputado Pedro Lupion (PP-PR)**, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. O requerimento de urgência foi aprovado nesta semana pela Mesa Diretora. Com isso, o projeto está pronto para inclusão na ordem do dia, e a expectativa do colégio de líderes é de que seja analisado na segunda semana de junho.

### MP 1292/2025 | Crédito consignado

O Sistema OCB participou, na quarta-feira (28/05), de **audiência pública da Comissão Mista que analisa a Medida Provisória nº 1.292/2025, que trata do crédito consignado**. Representado por Thiago Borba Abrantes, coordenador do Ramo Crédito, a entidade apresentou aos parlamentares os principais pleitos do cooperativismo, destacando **o papel estratégico das cooperativas de crédito no desenvolvimento regional**. A manifestação enfatizou a necessidade de superar entraves práticos à atuação do setor, com atenção especial às cooperativas independentes, que enfrentam maiores desafios operacionais no acesso e na oferta do crédito consignado.

Acompanhe a participação da OCB no link: [https://www.youtube.com/watch?v=PhrEV\\_Vq8xI](https://www.youtube.com/watch?v=PhrEV_Vq8xI)

## SENADO

### PL 847/2025 | Inclusão das coop no FNDCT

O Senado aprovou recentemente, por decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática **o projeto, que aprimora a destinação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)**. O Sistema OCB atuou junto à sen. Tereza Cristina (MS) para garantir a inclusão das cooperativas entre os beneficiários diretos do Fundo, superando o entendimento jurídico que atualmente impede esse acesso. O tema segue agora para análise da Câmara dos Deputados.

# NOVO CAPÍTULO DA REFORMA POLÍTICA NO SENADO

Nesta semana na CCJ três temas se destacaram no novo capítulo de discussão da Reforma Política que pretende implementar mudanças para 2026:

## Aumento das exigências para criação de partidos

Foi proposto elevar o número mínimo de assinaturas necessárias para fundar um partido político de 0,5% para 1,5% dos votos válidos na última eleição para a Câmara dos Deputados, o que equivale hoje a cerca de 1,5 milhão de assinaturas. Além disso, foi estabelecido um prazo de dois anos para que o partido reúna essas assinaturas após obter personalidade jurídica, prazo que alguns debatedores consideram curto e sugerem ser prorrogável por mais dois anos. Essa medida visa dar mais substância ideológica e organização aos partidos e evitar a proliferação de legendas sem base sólida;

## Ampliação da competência da Justiça Eleitoral em questões intrapartidárias

O Senado aprovou um projeto que atribui à Justiça Eleitoral a competência para julgar disputas internas dos partidos, que antes eram decididas pela Justiça comum. A competência será distribuída conforme a instância partidária que originou o ato contestado (nacional, estadual ou municipal). A Justiça Eleitoral analisará a validade formal, o enquadramento na legislação eleitoral e o respeito aos direitos dos filiados, mas não a conveniência política das decisões partidárias. Essa mudança visa uniformizar o julgamento dessas questões e dar maior especialização ao processo.

## Cotas mínimas para mulheres no Congresso

Embora não detalhado nos resultados da busca, a discussão na CCJ também incluiu a criação de uma cota mínima para mulheres no Congresso Nacional, como parte das medidas para ampliar a representatividade feminina no Legislativo. Essa proposta busca garantir maior participação das mulheres na política, enfrentando a sub-representação histórica.



# DESTAQUE DE PROPOSIÇÕES PROTOCADAS NA ALEP

Tabela 1. Proposições apresentadas na ALEP, de interesse do cooperativismo, na semana de 26-30 de maio de 2025:

Ato Proposição	Autor	Assunto	Ementa	Resumo	Status
<a href="#">PL 349/2025</a>	Fabio Oliveira (PODE)	Preservação do Solo	ALTERA A LEI Nº 8.014, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1984, QUE DISPÕE SOBRE A PRESERVAÇÃO DO SOLO AGRÍCOLA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	O projeto de lei, inspirado por sugestão do CREA-PR, propõe a exigência periódica de responsabilidade técnica por engenheiros agrônomos em empreendimentos agrícolas, visando garantir o manejo adequado do solo conforme a legislação ambiental. A medida busca prevenir a degradação ambiental, promover o uso eficiente de insumos e fortalecer a preservação dos ecossistemas e cursos d'água. Apesar de possíveis custos adicionais, a presença de assistência técnica qualificada traz benefícios ambientais e produtivos duradouros, reforçando o cumprimento da Lei nº 8.014/1984 e contribuindo para a sustentabilidade da agricultura para as futuras gerações.	<span>Protocolado 28/05/2025</span>
<a href="#">PEC 2/2025</a>	Cristina Silvestri (PP)	Licença-parternidade	Dá nova redação ao inciso XII do Art. 34 da Constituição do Estado do Paraná.	A presente Proposta de Emenda à Constituição Estadual visa ampliar a licença-parternidade para 20 dias, promovendo maior participação dos pais nos cuidados iniciais dos filhos e fortalecendo os vínculos familiares. Segundo a autora, em consonância com práticas já adotadas em outros estados brasileiros e órgãos públicos, além de estar alinhada às recomendações internacionais da ONU e OMS. Reforça a autora, que com respaldo jurídico na Constituição Federal, a proposta busca adequar a legislação estadual às necessidades contemporâneas das famílias, promovendo a responsabilidade compartilhada entre pais e mães e construindo uma sociedade mais justa e equitativa para as futuras gerações.	<span>Em fase de protocolo</span>

Opine sobre os Projetos de Lei através do forms: <https://forms.cloud.microsoft/r/zduJF2AEeS>.

Clique no enunciado do ato da proposição, na primeira coluna, para acessar o texto completo.

Como podemos melhorar nosso Informe?

Acesse o formulário pelo QR-code abaixo ou no link  
<https://forms.office.com/r/xYwjCXWMUh> e deixe sua  
sugestão e/ou opinião.

